

APRESENTAÇÃO

Com muita satisfação, chegamos à publicação do número 17 do *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, disponibilizando aos leitores a oportunidade de refletir sobre questões importantes da atualidade. Assim, trazer mais um número deste Caderno reforça a nossa missão de divulgar a produção científica em Ciências Sociais Aplicadas e incentivar o debate acadêmico para a produção de conhecimentos. Posto isso, registramos que este número apresenta sete artigos, uma opinião e uma resenha, cujas discussões nos fornecem subsídios relevantes.

A Área de Direito selecionou dois artigos e uma resenha. No primeiro artigo, *Breves considerações acerca do conceito de cidadania ambiental: uma proposta de compreensão arendt-moriniana*, Fernando de Azevêdo Alves Brito e Maria de Fátima de Andrade Ferreira questionam se a cidadania ambiental é apenas um prolongamento do tema da cidadania em geral, com abrangência casual do campo ambiental ou se, devido às suas características particulares, é um campo de saber próprio, que se acresce à cidadania tradicional. Com a finalidade de responder a essas indagações, as autoras estudam seis teorias (jurídico eleitoral, liberal, comunitarista, democrática expansiva, moriniana e arendtiana) e concluem que, apesar de distintas, as visões de Edgar Morin e Hanna Arendt são contribuições relevantes à formulação do conceito/concepção e/ou definição de cidadania ambiental. O segundo artigo, *A sentença prima facie e a (não)*

vinculação de seu conteúdo ao entendimento consolidado pelos tribunais superiores: uma mensagem jurídica subliminar, aborda os contornos da discussão acerca da vinculação da decisão dos magistrados (no caso de entenderem pela improcedência *prima facie*) ao entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores. De autoria de Maria Luiza do Sacramento Santos, Maria Soledade Soares Cruzes e Janine Soares de Matos Ferraz, o texto procurou demonstrar em que medida existe antagonismo em conferir aos magistrados atuação criativa e independente e lhes exigir observância às decisões reiteradas e robustecidas nos Tribunais de segunda e terceira instâncias. Mariana Teixeira Santos Moura apresenta a resenha do livro *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*, de autoria de Ingo Wolfgang Sarlet, publicado em Porto Alegre, pela Livraria do Advogado e que está na sua 9ª edição, condição que denota, segundo a autora, a sua aceitação no meio acadêmico jurídico. Segundo a Professora, essa obra é considerada atual, relevante e é indicada para aqueles que se debruçam no estudo da Constituição Federal de 1988.

Na Área de Administração, dois artigos suscitam discussões atuais que circundam o ambiente atual de negócios. O primeiro artigo traz uma provocação ao questionar: *Por que não ouvimos mais falar em Gestão pela Qualidade Total (GQT)?*. Os autores, Lis Bernardino e Francisco Lima Cruz Teixeira, lembram que a Gestão pela Qualidade Total alcançou grande visibilidade e popularidade nas décadas de 1980 e 1990, no Ocidente. Porém, a partir da segunda metade da década de 1990, entrou em crise, perdendo destaque no meio acadêmico e empresarial. Diante disso, o artigo buscou, por meio de levantamento bibliográfico, clarificar as causas que levaram ao seu aparente esgotamento. O artigo conclui que os programas continuam sendo implementados por meio de práticas gerenciais com nomenclaturas diferenciadas, mas que guardam muitas semelhanças com os antigos programas de gestão pela qualidade total. O segundo artigo, intitulado *A consultoria organizacional e o empreendedorismo: uma breve análise teórica da atividade de consultoria e o desenvolvimento do processo empreendedor*, de autoria de Geraldo Barbosa Silva Júnior e José Antonio Gonçalves dos Santos, busca investigar a existência de relações teóricas

entre a atividade de consultoria, vista como propositora de soluções de problemas e de melhorias organizacionais, e o empreendedorismo, no que tange, especificamente, ao auxílio para o eficiente desenvolvimento das ações constitutivas do processo empreendedor.

A Área de Economia foi contemplada com três artigos. O primeiro deles é de autoria de Josiane Souza de Paula e Orlando Monteiro da Silva. *Competitividade e desempenho do Brasil em rankings internacionais*, ao analisar os indicadores presentes no Relatório de Competitividade Global, no período de 2010-2011 e no Anuário de Competitividade Mundial (2011), destacou a posição competitiva da economia brasileira e identificou os pontos positivos e negativos dos rankings internacionais. A análise ainda revelou que o Brasil deve melhorar em aspectos como infraestrutura, para ampliar suas vantagens competitivas internacionais. Investir em infraestrutura, no caso brasileiro, poderia impactar positivamente em outros setores da economia, assim como elevar o desempenho competitivo da economia brasileira propriamente dita. O trabalho *Eficiência técnica e de escala da agropecuária no estado do Ceará*, de Wesley de Freitas Barbosa e Eliane Pinheiro de Sousa, buscou aferir os escores de eficiência técnica e de escala do setor agropecuário nos municípios cearenses, tomando como base os dados do Censo Agropecuário de 2006. Os resultados obtidos sinalizaram que os municípios cearenses podem diminuir, em média, os custos com insumos sem reduzir o valor da produção. O estudo traz assim uma relevante contribuição para a região de estudo e pode inspirar outros pesquisadores a investigarem suas regiões de atuação. O professor da Universidade Federal de Alagoas, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e pesquisador experiente em Economia Regional e Urbana, Cid Olival Feitosa foi convidado a publicar neste número e nos apresentou o artigo *A distribuição espacial das atividades econômicas de Sergipe*. Este artigo analisa a distribuição espacial da produção sergipana no período de 2000-2010. Para tanto, após uma breve caracterização das transformações socioeconômicas e espaciais sergipanas, o autor identifica as áreas mais dinâmicas e mais estagnadas do Estado, com base em dados sobre produção e população, constantes

das Contas Regionais e dos Censos Demográficos do IBGE. O estudo revelou que a dinâmica espacial sergipana foi fortemente influenciada pelos investimentos do setor público, os quais contribuiram para a formação (e reconfiguração) das “centralidades” produtivas e urbanas do estado.

Para finalizar este número, apresentamos a Opinião *Direito à moradia: reflexões sobre território e compromisso com o maior contingente populacional brasileiro*, dos estudiosos Reinaldo José de Oliveira e Regina Marques de Souza. Os autores tratam da questão da moradia em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Partindo da compreensão das ciências humanas e sociais aplicadas de que a moradia não é apenas um espaço de descanso, mas um lugar para encontros familiares, festividades, sociabilidade e trabalho, ou seja, de produção da vida social, os pesquisadores constataam que, nas cidades brasileiras, a habitação subnormal é a regra e não a exceção. Ademais, a questão das desigualdades socioeconômicas e raciais, no contexto da habitação, é ponto de reflexão do aludido trabalho.

Por fim, registramos que a síntese dos textos reunidos neste número evidencia que a revista segue sua trajetória de difundir uma produção acadêmica qualificada e plural, nas fronteiras que demarcam as especificidades e os desafios do pensar as Ciências Sociais Aplicadas. Assim, por intermédio dos artigos, resenha e opinião, anúncios deste editorial, esperamos ter dado uma ideia da composição deste número, para incentivar e convidar nossos leitores à reflexão. Nosso compromisso é mantermos a difusão de qualificadas composições do campo científico das Ciências Sociais Aplicadas.

Boa leitura!

Dra. Almiralva Ferraz Gomes
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)